

Negritude, Discursos e Currículo: um breve estudo de caso na Universidade Estadual de Alagoas – Campus II

Gilk Kelison de Farias Abreu (*Discente da UNEAL – Campus II*)

Ana Carla de Melo Ferreira (*Discente da UNEAL – Campus II*)

Bruno Teles Vanderlei (*Discente da UNEAL – Campus II*)

Edivânia Alves de Oliveira (*Discente da UNEAL – Campus II*)

Área Temática: Educação

Palavras-chave: Negritude. Discursos. Currículo.

Introdução

O presente texto faz parte de uma reflexão vivenciada no 3º período do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Alagoas- UNEAL – Campus II – Santana do Ipanema, na componente curricular de Currículo. O público alvo se constituiu de alunos graduandos do 1º e 7º período do curso de Pedagogia da universidade acima citada e do gestor, com a finalidade de compreender quais as práticas curriculares e discursivas no que se refere ao tema Negritude.

Metodologia

O percurso metodológico adotado foi a pesquisa qualitativa, visto que esta traduz em números, opiniões e informações, os dados coletados de modo que possam ser classificados e organizados. A coleta de dados realizou-se através de entrevistas e questionários semiabertos desenvolvidas com alunos graduandos, como previamente mencionado, e com o gestor da Universidade Estadual de Alagoas – Campus II.

De forma geral, trataremos neste texto acerca do processo histórico, visando compreender os elementos que desencadearam e subsidiaram a consolidação das práticas e concepções atuais sobre a Negritude. Posteriormente, dar-se-á ênfase nos documentos da instituição, assim como na Constituição Federal de 88, além de também analisar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9394/96. Buscar-se-á ainda, no decorrer desse texto, apresentar os achados das entrevistas analisando os discursos e posturas acerca das práticas educacionais e discursivas veiculadas no cenário educacional.

População Negra e Educação

A trajetória de exclusão dos negros dos processos de escolarização não teve um fim em si mesmo. Toda essa história foi permeada por fatos inerentes ao regime social da época, cujas consequências vêm perpassando décadas e décadas em que, do ponto de vista da legislação e dos discursos, algumas providências estão sendo tomadas.

Sabe-se que a diáspora dos negros africanos começa apenas vinte e dois anos após a descoberta do Brasil, segundo alguns autores a chegada ocorreu por volta de 1522, foram mais de três séculos de trabalho forçado, humilhação e castigos. Finalmente no dia 13 de maio

de 1888 a princesa Isabel assinou a Lei Áurea, o que, para muitos escravocratas, era um delírio da princesa. Mas os escravos contemplaram, nessa lei, a tão sonhada liberdade. Sonho que logo foi deixado de lado, pois para aquela sociedade eles não possuíam valor algum, deixados à própria sorte. Conforme expressão de Fernandes (2007), eles não possuem outra saída senão migrar para as áreas inóspitas da sociedade burguesa. Desde então, passaram a serem tratados como mazelas da sociedade, seres invisíveis dignos apenas de repulsa, sentimento esse, que perdura até os dias atuais, sendo que, atualmente esse preconceito aparece disfarçado.

A partir da década de 70, o Brasil passa por importantes movimentos sociais, principalmente no que tange à questão racial na sociedade. Nesse período, surgem importantes movimentos de resistência¹ da comunidade negra visando à superação das dolorosas marcas, historicamente impostas a esta comunidade.

No período da ditadura militar (1964-1985), o racismo foi algo extremamente rechaçado pela propaganda do governo então vigente, pois se pretendia passar a pseudo-imagem da harmonia racial no Brasil. É nesse contexto de movimentos de resistência e lutas por parte da comunidade negra que surgem alguns projetos de implementação das políticas públicas de afirmação para a população afrodescendente.

No início de 2003 foi sancionada a Lei Federal 10.639 de 09 de Janeiro de 2003, a qual altera a Lei 9.394/96 – Lei de Diretrizes e Bases - que determina a inclusão, no currículo oficial da rede de ensino, da obrigatoriedade do tema “História e Cultura Afro-Brasileira”. A Lei Federal nº 10.639/2003 acrescenta dois artigos à LDB: o artigo 26 A e 26 B. O artigo 26 A trata da obrigatoriedade da inserção dos conteúdos de História e Cultura Afro-Brasileira nos currículos oficiais da Educação Básica; e o artigo 26 B trata da validade desta lei, que deve ser implementada imediatamente a partir da sua publicação.

Um Estudo de Caso: Análise dos Dados da Pesquisa

Na ânsia de confrontar os discursos teóricos com as concepções do cotidiano desta instituição (Uneal), foram realizados questionários semiabertos com o gestor da instituição e com os universitários do 1º e 7º períodos do curso de Pedagogia. No intuito de analisar e compreender as práticas discursivas no âmbito acadêmico sobre a temática trabalhada, visto que o curso de Pedagogia habilita para a atuação na esfera da educação.

Diante disto, a primeira questão foi saber como os entrevistados se percebiam enquanto cor/raça/etnia. No 1º período 70% – responderam que são pardos; 15% – que são brancos; 2% – que são indígenas; 13% – que são amarelos. Já no 7º 80% - declaram-se pardos; 10% - brancos e 10% pretos. Com essas informações, foi possível traçar um perfil dos alunos que a instituição atende.

Posteriormente foi questionado acerca de como é trabalhado o tema Negritude na prática pedagógica dos entrevistados que já atuam no campo educacional, procurando desse modo perceber se esse tema é discutido. Tanto no 1º como no 7º períodos afirmaram que esse tema só é abordado nas datas comemorativas, 13 de maio e 20 de novembro. Deixando claro,

¹ - Em 1969, na cidade de São Paulo, um grupo de intelectuais funda o Centro de Cultura e Arte Negra no Bairro do Bexiga. Esse movimento cultural teve influência positiva para o surgimento de novos grupos Afro-Brasileiros.

assim, que ainda hoje o descaso é evidente, mesmo com os artigos previstos na lei, infelizmente a teoria continua dissociada da prática.

Noutro momento, foram indagados sobre as representações atuais da cultura afrodescendente, na visão dos entrevistados, buscando assim perceber o nível de criticidade e análise dos mesmos frente às questões étnico-raciais. Sobre os graduandos do 1º período: 30% – afirmam que no decorrer dos anos a cultura afrodescendente foi tomando cada vez mais espaços no seio da sociedade, no entanto, acredita que é necessário se trabalhar mais essa questão. (1-dessas alega não concordar com a luta pela igualdade, pois acredita que todos nós já nascemos iguais!); 20% - ratificam que a cultura desses povos é um fator preponderante e que deve ser respeitada e valorizada; 30% - admitem que as representações ainda sejam muito precárias, e veem como solução para o problema a luta por espaço na sociedade. E que com relação ao espaço educacional, deveria ser trabalhado mais, visto que é o local onde as diferenças afloram e ficam mais visíveis; 20% – salienta que somos todos iguais.

Na ótica dos graduandos do 7º período: 15% - as representações culturais estão ajudando os afrodescendentes a lutarem e conquistarem seus direitos; 50% - há preconceito nítido em nossa sociedade, as culturas não são valorizadas como deveria. Os afrodescendentes estão ocupando espaços importantes, mas ainda é pouco; 20% - o negro ainda é visto e tratado com desrespeito na sociedade atual. A cor da pele é fator decisório nos ambientes sociais, principalmente, quando se trata de seleção para emprego; 15% - Há uma crescente preocupação da população afrodescendente em valorizar sua cultura, promovê-la e divulgá-la, bem como também há preocupação dos órgãos políticos, mas muito pouca.

É possível perceber que, os graduandos ingressantes à universidade ainda não conseguem ter uma visão analítica da situação, enquanto que os do 7º apresentam um maior nível de criticidade nas suas falas. Isso faz entender que a universidade está caminhando entre trancos e barrancos num caminho promissor.

Ainda analisando o olhar crítico dos entrevistados foi perguntado sobre a realidade da população negra e se a mesma tem algo a ver com as relações de poder, os discentes do 1º período responderam: 90% – afirmam existir uma relação de poder, visto que no Brasil as relações são hierárquicas e bastante preconceituosas, sendo que essa distinção por raça vem desde a escravidão e que é visível na mídia quem consegue a maioria dos altos e respeitados cargos. Afirmaram ainda que a desigualdade social também é um fator importante na questão da negritude, visto que a maioria dos afrodescendentes vive em condições precárias; 10% – afirmam que não há relação alguma de poder, pois desde o início da história o negro foi submisso e até hoje não se libertou das correntes da submissão.

Com relação ao 7º período toda a turma afirmou que a realidade da população negra tem a ver com as relações de poder, pois, ser pobre e negro num país racista é desvantagem para qualquer afrodescendente ou seus descendentes; além de alegarem haver muita desigualdade entre pobres e ricos ao longo da história as populações afrodescendentes vêm sendo exploradas, seja por meio da mão de obra barata, exploração sexual ou até mesmo moral. Há uma intenção da elite em não permitir essa ascensão.

Exclusivamente para o 7º período, por estarem concluindo o curso, foi perguntado se o curso de Pedagogia contribuiu para a compreensão desta temática possibilitando sua utilização na prática: 90% - afirmou que contribuiu para a compreensão desta temática; 20% - alegou que o curso é bastante teórico, mas não faz com que essas discussões sejam levadas a prática. São

apenas discussões acadêmicas; 50% - disse que as temáticas abordadas nas aulas nos permitem refletir sobre a sociedade que temos e a sociedade que queremos. As questões discutidas na disciplina Currículo nos permite intervir de maneira positiva; e 30% - salientou que o curso por ser amplo, ele perfaz várias áreas do conhecimento, bem como abre mentes e as deixa com amplo entendimento sobre a temática.

Então, ficou explícito que o curso deveria discutir mais essas questões, visto que essa questão é apenas apresentada na ementa de uma disciplina, antropologia social e cultural. Considerando, desse modo as questões apresentadas neste texto, compreendemos que os paradigmas e pressupostos existentes necessitam ser questionados e enfrentados a partir de seus processos sociais, culturais e históricos e dessa forma buscarmos continuamente o desfazer de estereótipos que sustentam as formas de preconceito e discriminação.

Objetivando fazer uma abordagem histórica e através de entrevistas analisam como está a situação atualmente, dentre os entrevistados previamente citados, também fora realizada uma entrevista com a direção da instituição, buscando identificar e analisar os discursos e posturas da universidade.

Nesse sentido, o primeiro questionamento foi procurar saber como a UNEAL trata a questão racial, o preconceito e a discriminação frente à realidade educacional vigente. O diretor enquanto representante legal da instituição, respondeu que: “não está sendo tratada, deveria ser tratada e discutida com mais frequência. Não vejo preconceito nem discriminação em relação aos discentes”.

Por fim, procurou-se saber a posição da instituição frente à política de cotas raciais, a direção se posicionou “contra, pois a educação tem que ser investida para todos sem indiferença, não priorizando a raça por meio das cotas raciais, pois há diversas “raças” na sociedade em que vivemos: pobres, homossexuais, deficientes, negros, etc.”. Precisa-se investir em educação de qualidade para não haver a necessidade de cotas.

Diante da entrevista ficou evidente que a direção defende que na universidade não existe racismo, mas não quer dizer que a instituição tem políticas de inclusão racial, ao contrário, pois isso não acontece, em ratifica que tem falhas, que necessita de mudanças e iniciativas das pessoas responsáveis.

É na perspectiva da inclusão que se percebe o quanto é necessário promover, no âmbito educacional, um modelo de educação que favoreça a ação pedagógica centrada no atendimento às necessidades de todos os alunos, respeitando ritmos, habilidades e expressões, enfim, respeitando as diferenças. Em oposição a isso, a negritude vem sendo construída e concebida dentro de uma política de negação identitária por um grupo que consolidou as bases econômicas, culturais, religiosas e sociais da nação brasileira.

É nesse contexto que nos propusemos, nesse trabalho, a realizar uma reflexão crítica amparada na teoria das representações sociais, uma vez que acreditamos na pertinência da ligação e entrecruzamento dos conceitos-chave (representações sociais, negritude e professores) como potencializadores de debates e reflexões sobre como estão sendo desenvolvidas as políticas e ações afirmativas pensadas especialmente no contexto da reestruturação curricular da educação do país.

Pontuamos, como relevantes, os processos de construção e desconstrução de nossas redes de saberes, nos momentos em que surgem os conflitos ideológicos entre os pesquisadores e os sujeitos da pesquisa, onde podemos refletir, com bases em nossos respaldos teóricos, como acontece o processo educativo no 1º e 7º períodos de Pedagogia da Universidade Estadual de Alagoas - UNEAL/Campus - II.

Sendo assim, acreditamos que falar sobre discriminação, racismo, negritude, entre outras questões que estão diretamente ligadas à construção da identidade negra, não se constitui em um discurso de lamentação. Mas, em uma tentativa de legitimar políticas públicas de afirmação de identidade e dar visibilidade ao contexto atual vivenciado por alunos e professores, refletindo sobre as ideologias do branco que ainda predominam em todas as classes sociais desse nosso país multicultural. Nesta perspectiva, reiteramos a importância deste estudo para entender melhor as concepções da equipe gestora/ direção e dos discentes do 1º e 7º períodos do curso de Pedagogia da UNEAL/ Campus - II, a partir das suas representações sociais sobre negritude, no sentido de legitimar ou negar o ser negro.

Algumas Considerações

Esta atividade foi preponderante para que, enquanto futuros licenciados e atuantes da educação, particularmente enquanto educadores, fosse possível entender e confrontar a teoria vista em lócus acadêmico com a vida prática, de modo que na prática escolar possa-se fazer a diferença nas discussões acerca das questões étnico-raciais, há tanto tempo silenciadas. Parafraseando Nelson Mandela “ninguém nasce odiando outra pessoa pela cor de sua pele, ou por sua origem e religião. Para odiar, as pessoas precisam aprender a odiar; e, se elas podem aprender a odiar, podem ser ensinadas a amar, pois o amor chega mais naturalmente ao coração humano do que seu oposto”. Como futuros profissionais da educação, é necessário refletir e analisar que posturas irão ser adotadas, lembrando sempre que, enquanto educadores, estamos ou estaremos formando sujeitos. E o que temos que constantemente pensar é, que sujeitos queremos formar ou estamos formando?

Referências

- ABREU, Gilk Kelison de Farias. **O currículo escolar: teorias tradicionais e críticas**. Graduando do 3º período de pedagogia. Universidade Estadual de Alagoas - Campus II. 2012.
- BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília: MEC/Sepir, 2 004.
- BRASIL. Constituição: **República Federativa do Brasil**, Brasília: Horizonte Editora, 1988.
- COSTA, Candida Soares. **A população negra na história da educação brasileira**. Disponível em: <http://www.ie.ufmt.br/semiedu2009/gts/gt15/ComunicacaoOral/CANDIDA%20SOARES%20DA%20COSTA.pdf> Acesso em: 24.03.12
- FERNANDES, Florestan. **O negro no mundo dos brancos**. São Paulo: Global, 2007.
- FUNESA, Fundação Universidade Estadual de Alagoas. **Projeto Pedagógico para Reconhecimento do Curso de Pedagogia**. Santana do Ipanema, fevereiro de 2005.
- GOMES, Nilma Lino. **Indagações sobre currículo: diversidade e currículo**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007, 48p.
- Lei N° 10. 639/03 de 09 de janeiro de 2003**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm.> Acesso: 22 de março de 2012.

SILVA, Daiana Barbosa. **O Currículo escolar para a formação da identidade étnico racial.** Graduanda do 4º Período de Pedagogia pela Universidade Federal de Alagoas, 2011.